



A PSICOLOGIA DE SENSO COMUM: DA TERCEIRA PARA A SEGUNDA PESSOA E VICE-VERSA

JULIANA DE ORIONE ARRAES FAGUNDES¹

RESUMO: Este trabalho versa sobre as abordagens de segunda pessoa e de terceira pessoa para atribuição de estados mentais. A partir da metade do século XX, aproximadamente, considera-se que a perspectiva mais apropriada para uma compreensão da mente é a partir da psicologia de senso comum, ou seja, a capacidade natural que temos de atribuir estados mentais para explicar e prever o comportamento dos outros. Sem isso, não seríamos capazes sequer de manter um diálogo com alguém. A atribuição de estados mentais foi muito estudada a partir das atitudes proposicionais, como crença e desejo. A partir do trabalho de Diana Pérez, pretende-se dar um passo atrás e olhar para atribuições de estados mentais a partir das emoções compartilhadas antes da aprendizagem da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia de senso comum; Diana Pérez; segunda pessoa.

ABSTRACT: This paper is about the third and the second person perspectives for mental attributions. Since the middle of the 20th century, approximately, it has been common to consider that the most appropriate perspective to study the mind starts from the folk psychology, that is, our natural ability to attribute mental states in order to explain and predict the behaviors of others. Without it, we wouldn't even be able to talk to anyone. The attribution of mental states has been extensively studied based on propositional attitudes, such as beliefs and desires. Using Diana Pérez's work, we intend to take a step back and achieve an approach to the attribution of emotional mental states that is based on emotions that are shared before the language learning.

KEYWORDS: Folk psychology; Diana Pérez; second person.

A mente a partir da linguagem

Para podermos nos relacionar com as pessoas, necessitamos considerá-las como portadoras de uma série de estados mentais. O grau de confiança que depositamos habitualmente a isso é impressionante frente à escassez de informações que temos acerca do que se passa no mundo interno dos outros. Com base nisso, dialogamos, planejamos nossos dias e realizamos cada uma das nossas ações. Psicologia de senso comum é a prática cotidiana que temos de atribuição de estados mentais a outras pessoas, animais ou artefatos para podermos

¹ Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutora em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: joafagundes@uesc.br.

explicar e prever seu comportamento². Ela está na base de todas as nossas relações humanas e da maior parte dos nossos projetos, serve para explicarmos e prevermos o comportamento de outros seres humanos, mas também para compreendermos outras coisas, como máquinas, animais, textos e os mais diversos sistemas. A atribuição de estados mentais está na base de nossas vidas sociais.

A ideia de que necessitamos atribuir estados mentais para podermos nos comunicar com as pessoas parte de uma problematização à perspectiva subjetivista do mental e encontra raízes em filósofos como Sellars (1956/1997), Wittgenstein (1953/1979) e Ryle (1949/2009). Ryle propõe uma leitura da mente pelo ponto de vista comportamental, além de criticar o dualismo cartesiano. Wittgenstein contribui com o aspecto social da linguagem e com o argumento contra a linguagem privada. A influência gerada por esses autores se infiltra nas ciências cognitivas, consolidando um ponto de vista objetivo para a abordagem do mental. Além disso, possui profundas consequências para o debate acerca dos diversos problemas em filosofia da mente.

Sellars, de acordo com Dennett (1987), possui uma influência ubíqua na filosofia da mente, mas não é citado na mesma medida. O que é importante, segundo ele, é um ponto de acordo fundamental entre Quine e Sellars: o vocabulário psicológico é praticamente indispensável como um elemento de interpretação. Em outras palavras, a contribuição de Sellars é mostrar que precisamos atribuir estados mentais às outras pessoas para podermos interpretar suas falas e demais comportamentos. Sellars mostra que a concepção que temos de mental pode ser proveniente não de pura introspecção, mas de uma estrutura cultural anterior à linguagem.

Wittgenstein, por sua vez, apresenta sua dúvida acerca da possibilidade de uma linguagem privada, mostrando as incoerências em se considerar que os significados dos termos acerca de estados mentais sejam dados se não a partir da linguagem socialmente constituída. A centralidade das experiências privadas imediatas ao sujeito, cara a uma noção de subjetividade herdada da modernidade, é assim colocada sob suspeita como ponto de apoio para o estudo do mental. Mais uma vez, abre-se espaço para a busca de uma compreensão da mente a partir da linguagem, e da subjetividade a partir das relações intersubjetivas. A partir do argumento de Wittgenstein, o domínio de um termo psicológico não pode mais ser dado a partir de experiências subjetivas, mas pelas habilidades públicas de seu emprego linguístico.

Ao mesmo tempo em que esse debate forma uma base para a compreensão da psicologia de senso comum, ele traz uma estrutura linguística às atribuições de estados mentais. Em outras

² Atribuimos intencionalidade também a plantas, a livros, ao processo evolutivo e a mil outras coisas cujo comportamento desejamos explicar e prever de forma rápida e econômica. Ver: Dennett (1987).

palavras, os estudos acerca da psicologia de senso comum se ancoram em debates acerca da linguagem. A atribuição de estados internos é necessária para que possamos nos comunicar linguisticamente, ainda que ela possua raízes pré-linguísticas. Assim, a psicologia de senso comum foi compreendida em um primeiro momento como uma atividade de atribuição de estados mentais proposicionais, como crenças e desejos.

Considerando a localização histórica desse debate, é natural que as coisas tenham ocorrido dessa forma. Veremos que esse foi um erro de Davidson (1975/1984), por exemplo, entre outros autores. Para ele, a mente seria linguística e os conceitos psicológicos apropriados para estudá-la seriam as atitudes proposicionais. Contudo, sabemos agora que a atribuição de estados mentais raramente é feita de forma linguística, ela é feita cotidianamente, em cada uma das nossas atividades, não pensamos sobre ela e é uma atividade pré-linguística.

Uma perspectiva de terceira pessoa para a psicologia de senso comum

As atribuições que fazemos de estados mentais foi considerada por alguns autores, como Dennett (1991) e Davidson (1973/1984), por exemplo, como ponto de partida para o estudo do mental. A abordagem deles pode ser denominada como interpretivista, sendo que esses dois autores são seus principais representantes. O interpretivismo busca compreender o mental a partir de uma perspectiva de terceira pessoa, reconhece o papel das nossas atribuições mentais e se apoia nas situações concretas de comunicação. O ponto de vista apropriado para uma abordagem do mental, segundo esses autores, é o do intérprete. As interpretações dadas aos comportamentos das pessoas e situações são o material em que nos apoiamos para nossas interações do dia a dia, mas também são a fonte apropriada para um estudo filosófico do mental, segundo a posição interpretivista.

Vale destacar que o interpretivismo é uma posição externista acerca do mental. De modo bem geral, pode-se definir externismo como a posição segundo a qual o significado ou o conteúdo de certos estados mentais é ao menos parcialmente determinado pelo ambiente externo. De acordo com Davidson (1987/2001), os estados mentais proposicionais, por possuírem conteúdo linguístico, só podem ser formados por meio de relações com o ambiente externo, inclusive o ambiente social. Talvez possam haver estados mentais intrínsecos, sem relações com o ambiente externo, mas Davidson não se compromete com a existência desse tipo de estado mental.

Por uma abordagem interpretivista, não podemos abrir mão da psicologia de senso comum, pois o comportamento das pessoas ficaria completamente sem sentido. Vale notar aqui que a atribuição de estados mentais pode ser feita por diversos ângulos e não há critérios capazes de se determinar, entre dois conjuntos diferentes de atribuições de estados mentais que sejam igualmente preditivos e explicativos, qual seria o melhor. Em outras palavras, se você e eu atribuímos estados mentais diferentes a uma terceira pessoa em uma situação qualquer e ambos somos igualmente bem sucedidos em explicar e prever o comportamento dessa pessoa, não temos condições de determinar se um ou outro de nós dois estamos certos. Em uma perspectiva interpretivista, o fato de sermos bem sucedidos em nossas atribuições de estados mentais é o suficiente para apoiar nossas atribuições de estados mentais.

Nesse ponto, note-se a influência de Quine na concepção interpretivista do mental. Sua proposta do conceito de indeterminação da tradução é tão importante para os autores interpretivistas que eles chegam a disputar para ver quem é o mais quineano. Dennett tem uma defesa mais forte do status da indeterminação da tradução do que Davidson. De acordo com Miguens (2002, p. 172) “Para Dennett, Davidson ainda que considere acertadamente que a teoria do mental deve ser uma teoria da interpretação, leva as atitudes proposicionais mais a sério do que deveria, como quineano. Dennett reclama para si, por conseguinte, o título de verdadeiro quineano.”

Em termos apriorísticos, dizer que um sujeito tem uma crença é dizer que há um intérprete ideal disposto a atribuir a esse sujeito a crença. O interpretivista considera que os estados mentais proposicionais são completamente acessíveis a partir de um ponto de vista externo por um intérprete ideal. Nesse sentido, a formulação da ideia do intérprete ideal é pressuposto para que o interpretivismo seja desenvolvido. Tal intérprete partiria de evidências físicas e comportamentais para poder fazer suas atribuições de estados mentais.

O interpretivismo consiste em levar a sério as atribuições externas de estados mentais. A própria auto atribuição de estados mentais, em um primeiro momento, se dá durante o processo de socialização da criança³. Essa criança precisa compreender o comportamento do mundo que a cerca e o faz com a ajuda de outros seres humanos, atribuindo estados mentais aos outros e a si mesma. Portanto, a atribuição de estados mentais bem sucedida, no mínimo tem muito a dizer acerca do que se passa na mente das outras pessoas, além de ser uma peça sem a qual não poderíamos entender a linguagem nem poderíamos nos fazer entender pelos outros.

³ Aqui, tratamos da história de vida de um indivíduo. É possível supor, contudo, que um processo análogo tenha ocorrido em nossa história evolutiva.

Davidson e Dennett são autores que buscam superar as aporias criadas por concepções de primeira pessoa da mente, segundo as quais o ponto de vista privilegiado para o estudo do mental é o do sujeito⁴. Foram ambos alunos de Quine e altamente influenciados por seu mestre. Suas ideias estão em ramos de uma árvore em cujo tronco está Wittgenstein. Os argumentos desses autores vão contra as concepções tradicionais de subjetividade e tendem a favorecer uma leitura dos estados mentais com base na sociabilidade.

Um ponto importante a se notar na abordagem interpretivista é que ela tem como foco os estados mentais com conteúdo linguístico, ou seja, as atitudes proposicionais. As atribuições de estados mentais proposicionais é holista, envolve um grande conjunto de atitudes proposicionais altamente coerentes entre si. Não fazemos atribuições de atitudes proposicionais de forma isolada. Esse tipo de abordagem do mental, por sua compatibilidade com o desenvolvimento científico (afinal, a ciência precisa trabalhar com informações objetivas), se torna muito influente na filosofia e nas ciências cognitivas. Certamente, é a partir desse debate que pode surgir na filosofia o olhar sobre outra perspectiva acerca do mental: a perspectiva de segunda pessoa, mais básica, sem a qual não haveria linguagem.

Psicologia de senso comum: teoria, habilidade ou outra coisa?

Alguns experimentos foram elaborados no final da década de 1970 para verificar se chimpanzés possuíam a capacidade de atribuir estados mentais como crenças e desejos a outros seres (PREMACK; WOODRUFF, 1978). Essa capacidade era considerada por eles como uma teoria da mente, isto é, a capacidade de atribuir estados mentais inobserváveis para explicar e prever os comportamentos observáveis. Poucos anos depois, Winner e Prener (1983) fazem experimentos para descobrir a idade na qual as crianças eram capazes de atribuir falsas crenças aos outros. A capacidade de atribuição de falsas crenças revela o conhecimento de que as ações das outras pessoas são orientadas pelas crenças delas, e não pela realidade. O teste de falsa crença verifica, portanto, a capacidade de atribuição de atitudes proposicionais, demonstrando que o sujeito é capaz de diferenciar a realidade que o cerca e os estados internos

⁴ Uma vez que a linguagem é pública, se houvesse algo estritamente privado dentro do sujeito, não poderíamos sequer falar sobre isso. Além disso, se a subjetividade for a única coisa que podemos conhecer com um acesso privilegiado, surge o ceticismo acerca das outras mentes. Ainda, em uma perspectiva linguística como a que esses autores possuem, o próprio conhecimento que temos dos nossos estados mentais é proposicional, de modo que haveria uma lacuna entre o que sabemos de nossos estados mentais e o que eles seriam de fato (ver: FAGUNDES, 2018). Essas são algumas das dificuldades que os defensores de uma perspectiva de primeira pessoa precisam enfrentar.

dos outros sujeitos. Considerou-se, então, que o teste de falsa crença seria capaz de detectar se alguém tem uma teoria da mente.

Ter uma teoria da mente é ser capaz atribuir estados mentais, como desejos, crenças e temores a outros seres, entendendo (1) que pode haver uma divergência entre esses estados mentais atribuídos e a realidade externa e (2) que os estados mentais atribuídos possuem relação causal com o comportamento daquele ser. Dennett (2013), por sua vez, considera que fazemos isso de modo muito natural e que a noção de “teoria” não caberia, pois uma “teoria” deveria poder ser formulada linguisticamente e as atribuições de estados mentais que fazemos são frequentemente muito automáticas e não proposicionais. Por isso, Dennett prefere falar em psicologia do senso comum. Para ele, a capacidade que temos de atribuição de estados mentais é uma espécie de habilidade, algo que sabemos saber de forma não linguística.

Mas o que significa atribuir estados mentais? Segundo Perez e Gomila (2021), a atribuição de estados mentais só é possível a quem estiver de posse dos conceitos mentais envolvidos nessa atribuição. Mas isso não depende da capacidade de exprimir linguisticamente esse conceito. As condições de posse de um conceito mental são diversas. Um exemplo dado pelos autores (PEREZ; GOMILA, 2021, p.67) é o seguinte: uma criança pequena em fase pré-linguística que afaga e abraça sua irmã chorosa está de posse do conceito de tristeza, ainda que de forma parcial, e por isso é capaz de atribuir tal estado mental à irmã.

Para que A seja capaz de atribuir um estado mental a S, A deve possuir os conceitos mentais envolvidos na atribuição. Por exemplo, se A atribui “estar com dor” a S, A tem que possuir o conceito de dor; se A atribui uma intenção a S, A tem que dominar o conceito de intenção e assim sucessivamente. Dominar um conceito é dominar as diversas habilidades envolvidas em suas respectivas condições de posse. Portanto, A possui o conceito de cadeira quando A sabe que as cadeiras são feitas para sentar, entre outras habilidades familiares. Essas habilidades não precisam ser adquiridas todas ao mesmo tempo, logo o domínio de um conceito não é uma situação de tudo ou nada; em vez disso, alguém pode ter um entendimento parcial ou implícito de um dado conceito, quando ele tem algumas das habilidades usualmente envolvidas nesses casos, mas não todas elas (PEREZ; GOMILA, 2021, p. 67, tradução livre).

Percebe-se aqui que, para Perez e Gomila, a atribuição de estados mentais não depende da existência de linguagem⁵. Sua concepção de conceito mental é bastante deflacionada em comparação com a de Davidson (1982), por exemplo, que relaciona a cognição social e a posse de estados mentais à linguagem. Alguém que tenha crenças também será alguém que atribui crenças nessa concepção. Quanto a Dennett (1997), uma crença é caracterizada por um estado cognitivo capaz de influenciar o comportamento de um sistema, independente de ser um estado

⁵ Perez (2013, p. 11) compara sua noção de conceito à que foi muito vigente nos anos 1950, em autores como Wittgenstein, Ryle e Strawson: são componentes significativos de frases em uma linguagem pública, cujos significados contribuem para o significado da frase. A noção de conceito está, na concepção desses autores, vinculada à de palavra. Consequentemente, à de uma linguagem pública complexa e articulada.

proposicional. O problema dessa concepção de Dennett é que ela é deflacionada em excesso, acaba por não dizer nada acerca da atribuição de estados mentais e pode ser atribuída aos mais diversos tipos de sistemas.

Quando se compreende a psicologia de senso comum como uma teoria da mente, pressupõe-se que a atribuição de estados mentais seja mediada por uma interpretação do comportamento alheio. Há uma separação entre aquele a quem os estados mentais são atribuídos e o atribuidor. Por outro lado, se os conceitos mentais atribuídos não são linguísticos, abre-se a possibilidade de que não seja necessária uma interpretação comportamental. Perez e Gomila destacam (2021, p. 68) que há diversos tipos de conceitos relacionados a estados mentais, de modo que a atribuição de estados mentais diversos dependerá de elementos diversos⁶. Há atribuições de estados mentais cujo conteúdo seja um objeto, ou uma proposição, ou outro estado mental, ou mesmo sem conteúdo. Eles resumem todos os tipos de estados mentais a três: atitudes proposicionais, sensações corporais e emoções.

A forma como Perez e Gomila apresentam os conceitos mentais permite uma nova perspectiva da atribuição de estados mentais. À medida em que os conceitos mentais deixam de ser necessariamente linguísticos, as atitudes proposicionais perdem sua centralidade em uma compreensão do que sejam as atribuições de estados mentais e mesmo de qual a melhor perspectiva para o estudo do mental. Se os conceitos mentais não são linguísticos, eles podem ser pré-linguísticos e podem ser o que estrutura o surgimento da linguagem.

Atribuições mentais de segunda pessoa

Perez (2022, p.10) propõe que as atribuições de estados mentais se dão primariamente de uma forma direta, automática, recíproca e dinâmica, nas interações face a face. Esse tipo de atribuição, segundo ela, é requisito para o surgimento da linguagem, tanto de um ponto de vista ontogenético quanto filogenético. Mesmo na formação de conceitos mentais, ela defende que é preciso dominar os conceitos relativos às atribuições de segunda pessoa antes de haver um domínio linguístico dos demais conceitos mentais (PEREZ, 2013).

Por interações de segunda pessoa entendemos aquelas situações em que dois (ou mais) seres humanos se encontram em uma interação direta, cara a cara (ou talvez deveríamos dizer corpo a corpo). Nessas ocasiões percebemos diretamente alguns dos estados mentais do outro indivíduo (por exemplo, alguns de seus estados emocionais expressos em seu rosto e tom de voz, as intenções no movimento que se desenrola, etc. São justamente as emoções a porta de entrada para as outras mentais. Nessas interações há envolvimento afetivo, uma atitude participativa (não distanciada), porque somos seres sociais que buscamos estar com outros e nós achamos gratificante interagir com nossos congêneres. (PEREZ, 2022, p. 10-11)

⁶ Nesse ponto, ela cita Wittgenstein (1967, §472, apud PEREZ, 2022, p. 68).

Perez e Gomila (2021, p. 8-13) oferecem uma lista de exemplos de interações de segunda pessoa, para que se possa formar uma noção clara do que se trata: um olhar confortador diante de uma situação constrangedora; um olhar de desaprovação; um pedido de ajuda com o olhar; uma dança de casal; os jogadores de futebol em ação; o diálogo com um amigo (permeado de trocas emocionais); a discussão de um casal; a criança e seu cuidador. Este exemplo é bastante elucidativo, pois na troca de olhares, no colo e nas expressões corporais, a criança e seu cuidador são diretamente afetados um pelo outro, a atribuição de estados mentais é automática, pré linguística e direta quando o bebê é muito pequeno, ainda com poucos dias de vida.

Note-se, aqui, que frequentemente o adulto realizará interpretações do comportamento da criança e atribuições de uma perspectiva de terceira pessoa. Mesmo assim, na base dessas atribuições de terceira pessoa estarão as de segunda pessoa, os estados emocionais desse adulto serão alterados pelos da criança e vice-versa. Já no caso do bebê em interação com seu cuidador, ele realizará apenas atribuições de segunda pessoa. Essas interações de segunda pessoa são fundamentais para que o bebê possa, futuramente, se tornar um ser linguístico e cultural. Aqui, percebe-se que o adulto domina os conceitos psicológicos envolvidos nas atribuições de estados mentais. Quanto à criança, a compreensão que ela possui das outras mentes ainda é pré-conceitual, mas os conceitos mentais não poderão ser completamente dominados sem isso. A maneira como Perez e Gomila compreendem os conceitos mentais envolve gradação no sentido em se pode possuir mais ou menos um conceito, conforme as habilidades comportamentais do sujeito para aplicar corretamente aquele conceito, sem a necessidade de desenvolvimento de uma linguagem complexa e articulada. Porém, é importante notar que o domínio completo de um conceito envolve a habilidade de se falar sobre esse conceito e isso só é possível a quem faz atribuições de terceira pessoa.

A atribuição de estados mentais proposicionais envolve capacidade de atribuir falsas crenças, o conceito de crença envolve um destacamento entre mundo objetivo e subjetivo, pois pressupõe uma independência entre as crenças do sujeito e a realidade externa. Além disso, como mencionado acima, esses estados mentais não são atribuídos de forma isolada, mas sempre em conjunto. Não posso atribuir uma crença isolada a alguém, é preciso atribuir uma série de outras crenças, por exemplo, em relação aos significados dos termos da proposição atribuída como crença a alguém.

As atribuições de emoções, por outro lado, não envolvem holismo. A base para essas atribuições está na expressão corporal e, de modo contingente, simultâneo e recíproco, o sujeito

que atribui esses estados mentais têm suas próprias emoções alteradas, sem que haja qualquer necessidade de interpretação comportamental. Outra diferença importante em relação à atribuição de atitudes proposicionais, é que as emoções são atribuídas de forma direta, sem necessidade de nenhum tipo de interpretação do comportamento.

No desenvolvimento humano, as atribuições de estados mentais de uma perspectiva de segunda pessoa são, portanto, anteriores à aquisição da linguagem. A tese defendida por Perez e Gomila é que as interações de segunda pessoa entre os bebês e seus cuidadores criam um conjunto de marcadores psicológicos de conceitos mentais, especialmente quando esses estados são nomeados pelos cuidadores, “por exemplo, quando uma criança pequena chora e a mãe vem em diz ‘O que está acontecendo contigo? Você está com fome?’” (PEREZ; GOMILA, 2021). Com isso, os primeiros termos acerca de estados mentais são apreendidos a partir dessas interações de segunda pessoa em que as crianças podem observar suas próprias reações corporais e os comportamentos complexos de seus cuidadores, envolvendo não apenas expressões corporais como ações, incluindo falas. Enquanto se envolve em experiências complexas de interação, a criança cria marcadores para categorizar estados mentais. Dentro desse processo, até alcançar o completo domínio dos conceitos relativos a emoções, a criança começa a reconhecer os padrões públicos de uso dos conceitos de forma correspondente à dimensão interna das experiências emocionais. Isso acontece justamente porque esses conceitos se estruturaram pré-linguisticamente nas relações emocionais diretas olho no olho. Nesse sentido, os autores propõem que as interações de segunda pessoa estão na base da aquisição da linguagem humana.

Considerações finais

Em filosofia da mente, muito se fala sobre as perspectivas de primeira pessoa e de terceira pessoa para estudo do mental. Os desenvolvimentos em filosofia da linguagem do século XX, especialmente na década de 1950, trazem consigo o olhar para a mente a partir de um ponto de vista objetivo, o que se torna um ponto de apoio para o desenvolvimento das ciências cognitivas e para o aprofundamento dos estudos acerca da atribuição de estados mentais.

A compreensão do mental vinculada à nossa necessidade de atribuir estados mentais para explicar e prever o comportamento esteve ligada a essas novas perspectivas sobre a linguagem. Precisamos atribuir às pessoas com quem nos comunicamos por meio de uma

linguagem complexa uma série de crenças, desejos, domínio amplo de conceitos linguísticos, enfim, um conjunto complexo de atitudes proposicionais. Percebe-se, porém, que essas atribuições são feitas de modo automático e não passam por uma reflexão consciente. A psicologia de senso comum pode, então, ser considerada uma capacidade automática, natural da estrutura psicológica humana e inconsciente de interpretação comportamental. Muito se estuda em psicologia cognitiva e em etologia⁷ acerca da idade em que os humanos começam a atribuir falsas crenças e sobre até que ponto os símios superiores são capazes de fazer esse tipo de atribuição de estados mentais.

Contudo, todo esse desenvolvimento em filosofia da linguagem, filosofia da mente e nas ciências cognitivas ainda manteve nosso olhar anuviado para perceber que, em se tratando da atribuição de estados mentais, há algo mais básico e anterior à interpretação comportamental. Por que isso aconteceu? Ensaando uma possível resposta: só podemos pensar filosófica ou cientificamente por intermédio de uma linguagem complexa e articulada. Os desenvolvimentos em filosofia da linguagem se tornam então uma lente através da qual investigamos o mental. Essa lente provavelmente desvia nosso olhar do que é mais básico e pré-linguístico.

Importante notar que, do nosso ponto de vista de adultos, pensar sobre bases pré-linguísticas da mente passa pela linguagem e por uma perspectiva de terceira pessoa, ainda que a perspectiva de segunda pessoa seja mais básica e anterior. Assim, olhar para as emoções como os estados mentais fundamentais sem os quais não seríamos capazes de fazer uma calibragem entre os conceitos mentais subjetivos e seu uso público só é possível porque a história da filosofia nos permitiu olhar para o mental a partir das atribuições de atitudes proposicionais. As atitudes proposicionais foram consideradas o paradigma para o estudo do mental, mas por uma perspectiva de segunda pessoa, os conceitos referentes às emoções são anteriores no desenvolvimento de uma criança do que a formação das crenças. Nesse sentido, Perez e Gomila honram sua principal influência filosófica:

De fato, nossas influências mais importantes ao desenvolver nossa visão foram os escritos tardios de Wittgenstein. Suas considerações acerca da (im)possibilidade de uma linguagem privada, suas visões sobre as regras implícitas e as práticas normativas por trás das linguagens, assim como sua tentativa de desenvolver uma visão dos conceitos psicológicos que honre sua dimensão expressiva e marque sua heterogeneidade são, em nossa visão, as mais valiosas contribuições para repensar os problemas filosóficos que herdamos da Modernidade. O uso que Davidson faz da expressão “a segunda pessoa” no título de seu ensaio de 1992 foi uma forma de detalhar o potencial das intuições de Wittgenstein. (PEREZ; GOMILA, 2021, p. 45)

⁷ Uma referência muito interessante nesses estudos é Tomasello. Ver, por exemplo, Krupenye *et all* (2016) e Tomasello (2014).

Para concluir, seria interessante vislumbrar algumas consequências filosóficas da adoção de uma perspectiva de segunda pessoa para estudo do mental. Ao permitir uma compreensão de como o significado de muitos termos mentais pode ser calibrado simultaneamente nos âmbitos subjetivo e objetivo, supre-se uma lacuna que tem dado origem a questões filosóficas como o problema das outras mentes e a questão acerca de como atribuímos significados aos termos mentais a partir de um ponto de vista de primeira pessoa, já que a linguagem é pública.

Outras consequências interessantes são para a ética, pois as relações diretas face a face incluem envolvimento emocional a partir de reações corporais das quais não estamos conscientes, o que altera nossos comportamentos morais, provavelmente em direção a uma maior empatia, no caso de pessoas saudáveis. Aqui, podemos ainda refletir sobre consequências da ubiquidade da internet no intermédio de nossas relações profissionais e pessoais. No mais, é possível que os estudos sobre a perspectiva de segunda pessoa tenham consequências também para se pensar acerca de como nos envolvemos emocionalmente com as obras de arte, por exemplo, como sentimos um poema muito além do que está escrito ali (nesse caso, não há relação direta face a face). No caso da arte, há algo que nos resta de uma perspectiva de segunda pessoa mesmo quando não estamos em relação direta com outros animais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIDSON, D. “Radical interpretation”. In: _____. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. p. 125-139. [Artigo publicado originalmente em 1973.]

_____. “Thought and Talk”. In: _____. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. p. 155-170. [Artigo publicado originalmente em 1975.]

_____. “Knowing One’s Own Mind”. In: _____. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001. p.15-38 [Artigo publicado originalmente em 1987.]

_____. “Racional Animals”. In: _____. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001. p.15-38 [Artigo publicado originalmente em 1982.]

DENNETT, D. “True Believers: The Intentional Strategy and Why it Works”. In: HAUGELAND, J. (ed.) *Mind Design II*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1997. Disponível em: <https://www.cs.tufts.edu/comp/150AAA/DennettTrueBelievers.pdf>. Acesso em 29 nov. 2022.

_____. *The Intentional Instance*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1987.

_____. *Folk Psychology. Intuition Pumps and Other Tools for Thinking*. New York; London: Norton & Company, 2013. p. 73-76.

FAGUNDES, J. “Sobre estados mentais relacionais e *qualia*: O totalmente subjetivo não pode ser conhecido”. In: TOLEDO, G.; GOUVEA, R.; ALVES, M. *Debates Contemporâneos em Filosofia da Mente*. São Paulo: FiloCzar, 2018.

KRUPENYE, C.; KANO, F.; HIRATA, S.; CALL, J.; TOMASELLO, M. “Great apes anticipate that other individuals will act according to false beliefs”. *Science*, v. 354, n. 6308, p. 110-114, abr. 2016.

MIGUENS, S. *Uma teoria fisicalista do conteúdo e da consciência: D. Dennett e os debates da filosofia da mente*. Porto: Campo das Letras Editores, 2002.

PEREZ, D. *Sentir, Desear, Creer: Una aproximación filosófica a los conceptos psicológicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

PEREZ, D.; GOMILA, A. *The Second Person: Social Cognition in Human Interaction*. Routledge: London; New York, 2021.

_____. “La segunda persona y la teoría de la mente”. *Revista Ideação*, Feira de Santana, n. 45, p. 4-18, jan./jun. 2022.

PREMACK, D.; WOODRUFF, G. “Does the Chimpanzee have a theory of mind?” *The Behavioral and Brain Sciences*. v.1, n. 4. 1978. p. 515-526.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. New York: Routledge, 2009. [Publicado originalmente em 1949]

SELLARS, W. *Empiricism and the philosophy of Mind*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1997. [Publicado originalmente em 1956.]

TOMASELLO, M. *A Natural History of Human Thinking*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

WIMMER, H.; PERNER, J. “Beliefs about beliefs: representation and constraining function of wrong beliefs in young childrens’ understanding of deception”. *Cognition*. v. 13, n. 01, p. 103-128, 1983.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores) [Tradução de José Carlos Bruni. Publicado originalmente em 1953.]

_____. *Fichas (Zettel)*. Lisboa: Edições 70, 1981. [Tradução de Ana Berhan da Costa. Publicado originalmente em 1967].